



Ata da 32ª Reunião Ordinária do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo – CPDCN 19|01|2024.

Aos dezenove dias do mês de janeiro, realizou-se a reunião ordinária de forma presencial do CPDCN (Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo), gestão 2021 – 2024 na Secretaria de Justiça e Cidadania, Pátio do Colégio 148 – térreo, da qual passo a relatar todo o seu conteúdo e contou com as seguintes presenças: Sociedade Civil; Gil Marcos Clarindo, Lilian Raquel, Cida Costa, Décio Vieira, João Cezar, Marlene Costa, Dr. Agnaldo, Jean Herbert, Odair Ferreira Borges, Thais Horta, Reginaldo Costa, Ligia Maria, Carlos Eduardo, Maria Cristina, Clarina Genaro, Regina Célia, Andréia João, Dra. Roseli, Adriana (secretaria da educação) Convidados; Dr. Fábio Prieto – Secretário da Justiça e Cidadania – SJC, Dr. Raul Christiano – Secretário Executivo da Justiça e Cidadania – SJC e Dr. Robson Ferreira – Coordenador de Políticas População Negra – SJC; Ausências justificadas; Bruno Pimentel, Sandra Baptista, Eloy Miguel, Eneas Silva dos Santos. O Presidente Gil Marcos abre a reunião solicitando aos conselheiros(as) um resumo do que foi executado em nome do CPDCN em suas áreas de atuação no mês de novembro de 2023: A conselheira Marlene fala sobre uma série de eventos em que ela e Reginaldo representaram o CPDCN na região de Jundiáí, eventos esses promovidos pela prefeitura da cidade, bem como diversas entidades relacionadas ao movimento negro da região. Clarina Genaro destaca eventos ocorridos em novembro, na cidade de Barueri em que teve uma participação intensa corroborando e promovendo celebrações relativos ao mês da consciência negra, eventos esses como feiras, manifestações e seminários. Décio, relata sua participação em eventos na cidade de Mairiporã, Franco da Rocha e Francisco Morato relacionados ao mês da consciência negra, bem como duas palestras em escolas públicas da região. Dr. Agnaldo informa sobre o mês de novembro em que participou de reuniões relacionadas a construções dos conselhos municipais nas cidades de Tambaú e Matão, reuniões essas com prefeitos, vereadores e com lideranças do movimento negro da região.

Gil procede a leitura e aprovação da ata do mês anterior computando o voto dos conselheiros presentes. Regina Celia sugere que o CPDCN contate árbitros de futebol para podermos alinhar um tema importante que é o racismo nos meios esportivos. Ainda sugere que contatemos os oficiais da segurança pública para que retomemos o tema das câmeras nos uniformes dos policiais. Gil explica que vai entrar em contato com a secretaria da segurança pública para retomar a discussão sugerida pela conselheira Regina Célia. Informa ainda que já está trabalhando para fazer a celebração dos 40 anos do CPDCN e gostaria que fosse realizado no Teatro Municipal de São Paulo, informa que já está fazendo contatos para tal. Cida Costa sugere que em uma próxima reunião ordinária convidássemos o Claudinho, ouvidor da polícia, e incluirmos como pauta a segurança pública.

Gil informa que em 18/11 participou na cidade de Cruzeiro, da criação e encaminhamento do Conselho da Comunidade Negra da cidade. 20/11 Evento Troféu Raça Negra, 27/11 Evento da Secretaria da Justiça, 28/11 Evento do Ministério Público - MP, Cidades Antirracistas. Robson elenca a série de eventos em que participou em nome da CPPN, são eles Adamantina evento junto ao Conselho Municipal, Tambaú evento e reunião sobre o encaminhamento do Conselho municipal, Lins reunião de orientação sobre o Conselho e políticas públicas em nossa comunidade, Lins evento da Consciência Negra. Cida Costa relata que é preciso intensificar a luta antirracista nos municípios e sugere a ampliação das ações do CPDCN para apoiar os municípios para que possamos conhecer as demandas, informa ainda que participou de 2 reuniões para encaminhamentos de conselhos municipais. Visitou o quilombo de São Pedro e a ação naquele momento seria viabilizar a criação de uma ETEC no local, Andréia João explica que o ITESP é limitado quanto a recursos e compreende que as comunidades necessitam de uma gama enorme de recursos para sua manutenção. Robson informa que participou em São Paulo no dia 27/11 de evento relacionado à saúde mental da população negra que se torna um tema a ser estudado e acompanhado por todos aqueles que lutam pela Comunidade. Informa ainda que está fazendo reuniões com o MIR sobre as Conferências a serem realizadas, bem como as data a serem divulgadas brevemente, Dr. Fábio (Secretário da Justiça e Cidadania) inicia sua fala fazendo um breve resumo de sua trajetória política e profissional até chegar a ser convidado pelo governador a assumir a pasta atual. Informa que atua como advogado de carreira e detém muitas opiniões contrárias as opiniões políticas em vigência, informa que o cidadão, em suas necessidades consegue chegar até o balcão do Estado, mas daí em muitos casos não vê sua reclamação atendida, crê que o MP não faz suas obrigações pelo que foi criado, portanto é um órgão que fogem muito do sentido primeiro. Considera o MP um órgão muito politizado, quando não deveria ser e isso interfere em sua atuação como defensor do Estado e orientador de políticas públicas para a população. Com relação ao plano Estadual de Igualdade Racial, vai atuar para que se consiga realizá-lo ainda este ano de 2024, portanto está indicando o Robson para ser o interlocutor com as secretarias para agilizar a avaliação do plano proposto. Com relação a Conferência Estadual da Igualdade Racial, comenta que houve a separação na CPPN, retirando a pasta dos Indígenas da composição para que o Robson tivesse uma maior amplitude em conduzir a CPPN, sendo assim o coordenador Robson conta com uma equipe especializada que está trabalhando com recursos para a execução da Conferência Estadual. Informa da importância de se construir um plano de igualdade racial que fundamentalmente atenda os anseios do cidadão da comunidade negra, informa que é **anti** qualquer coisa e crê que o mais importante é trazer o cidadão do outro lado para o nosso lado, seja por meio de ações efetivas seja por argumentos, mas é preciso trazer o cidadão para participar de nossas atividades e o plano é uma grande oportunidade para esse fim. Fim esse que vai valorizar o cidadão com suas expectativas quanto a atuação do Estado. Nesse sentido crê que o Conselho pode muito bem ser um indutor de políticas para melhorar o comportamento da sociedade, compreendendo que a discriminação racial é fruto da ignorância e pra isso é preciso que o estado tenha uma atuação mais abrangente e mais qualitativa na sua área educacional, entende que a educação modela o cidadão e se pudermos oferecer uma educação de qualidade, muitos problemas serão resolvidos até a discriminação. Um cidadão que não participa da educação será apenas um colaborador do sistema. A secretaria precisa ser mais propositiva com relação a vida do cidadão, pois o sistema é a princípio, injusto. Gil

complementa que o MP deveria abordar mais a questão racial. Dr. Fabio coloca que o MP está desviado de suas prerrogativas e de sua finalidade primeira informa que no Brasil um barbeiro de necrotério vira médico legista. Comenta que precisamos fazer um plano para trazer os cidadãos do “outro Lado”, para o nosso lado sendo, assim vai executar o plano de igualdade racial. Comenta ainda sobre o trabalho realizado na Fundação Casa, o que foi um excelente trabalho do governo estadual anterior, o que resultou num ótimo órgão de reabilitação do cidadão. Regina Célia questiona se poderíamos retomar a justiça restaurativa a nível de Secretaria de Justiça. Dr. Fábio responde que a Justiça restaurativa foi descaracterizada pelas inúmeras interpretações ideológicas ao longo do tempo e muitas questões do direito foram desmoralizadas e nosso objetivo é retomar sendo que o infrator possa novamente ser contemplado com a justiça restaurativa, nesse sentido o Conselho se torna um bom meio para disseminarmos essa ação. Dra. Roseli corrobora com a linha do secretário no sentido de que é preciso retomar o sentido para que trabalhem com assertividade com uma solução especial discriminativa. Dr. Fabio complementa que nos casos graves, de uma forma mais ampla observa se que há falhas no sistema educacional. Sendo que os casos de repercussão criminal devem ser conduzidos por varas criminais. Dra. Roseli sugere que precisamos tratar de forma clara o que fazemos aqui, em que deve haver uma maior incisão nos processos administrativos. Em política pública não podemos flexibilizar muito e ao invés do apenado sofrer uma pena severa, poderia participar de um programa de habilitação. Dr. Fábio, retomando a questão da lei, afirma que aplica a lei conforme o legislador imputa, mesmo observando em que há casos de muito mais ignorância que maldade. Dra. Roseli questiona sobre a criação dos polos regionais de esfera jurídica. Dr. Fabio responde que não há estrutura financeira para a criação de polos regionais, o que podemos ter é capilaridade e reutilizar as estruturas existentes. Dr. Christiano expõe que é uma questão de articulação com os municípios, trabalho o qual o Robson está desenvolvendo com sua equipe nesse sentido de articulação contando hoje com 16 áreas administrativas e centralizadas pelo Robson. Gil Informa que este ano de 2024 o CPDCN completará 40 anos e solicita o apoio para a realização do evento em comemoração desse aniversário seja no teatro municipal. Conta com o apoio da secretaria para esse evento. Dr. Christiano relembra que em torno do 39º aniversário do CPDCN, foi editado uma portaria para dar celeridade a questão do Plano de Igualdade Racial. Dr. Fábio relembra que já se poderia ter o Plano de Igualdade Racial aprovado fazendo o caminho inverso, primeiro aprová-lo e depois ser enviado às secretarias para avaliação e possíveis mudanças, porém como esta vai fazer o possível para aprová-lo ainda neste ano de 2024, pois depois da aprovação poderia ser reavaliado. Robson informa que enviou o plano a diversas secretarias, mas até o momento ainda não houve retorno. Adriana – representando a Secretaria da Educação informa que está à disposição para colaborar com as atividades do CPDCN naquilo que for possível. Décio Vieira informa que sem mais a tratar, o presidente Gil Clarindo encerra a reunião e informo que esta ata foi redigida por mim, conselheiro do CPDCN e aprovada pelo colegiado.